

Alerta Legislação, nº 28, de 8 a 13 de julho de 2013

Boletim semanal

Casa Civil do Estado de São Paulo • Biblioteca
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

- **LEI Nº 12.842, DE 10 DE JULHO DE 2013**
Dispõe sobre o exercício da Medicina.
- **MEDIDA PROVISÓRIA Nº621, DE 8 DE JULHO DE 2013**
Institui o Programa Mais Médicos e dá outras providências.
- **DECRETO Nº 8.040, DE 8 DE JULHO DE 2013**
Institui o Comitê Gestor e o Grupo Executivo do Programa Mais Médicos e dá outras providências.

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
12/07/2013	<p><u>DECRETO Nº 8.053, DE 11 DE JULHO DE 2013</u> Altera o Decreto nº 3.213, de 19 de outubro de 1999, que dispõe sobre as áreas de jurisdição dos Comandos Militares de Área e das Regiões Militares no Exército Brasileiro, para criar o Comando Militar do Norte.</p> <p><u>DECRETO Nº 8.052, DE 11 DE JULHO DE 2013</u> Altera o Decreto nº 3.937, de 25 de setembro de 2001, que regulamenta a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, que dispõe sobre o Seguro de Crédito à Exportação, e dá outras providências.</p> <p><u>DECRETO Nº 8.051, DE 11 DE JULHO DE 2013</u> Altera Decreto nº 2.824, de 27 de outubro de 1998, que aprova o Regimento Interno do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização.</p> <p><u>DECRETO Nº 8.050, DE 11 DE JULHO DE 2013</u> Promulga o Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas ou Sujeitas a Regimes Especiais, entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá, firmado na Cidade do Panamá, em 10 de agosto de 2007.</p>

	<p><u>DECRETO Nº 8.049, DE 11 DE JULHO DE 2013</u> Promulga a Convenção sobre a Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, firmada em Praia, em 23 de novembro de 2005.</p> <p><u>DECRETO Nº 8.048, DE 11 DE JULHO DE 2013</u> Promulga o Convênio entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Cooperação em Matéria de Combate à Criminalidade, firmado em Madri, em 25 de junho de 2007.</p> <p><u>DECRETO Nº 8.047, DE 11 DE JULHO DE 2013</u> Promulga o Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, firmado em Londres, em 7 de abril de 2005.</p> <p><u>DECRETO Nº 8.046, DE 11 DE JULHO DE 2013</u> Promulga o Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, firmado em Tegucigalpa, em 7 de agosto de 2007.</p> <p><u>DECRETO Nº 8.045, DE 11 DE JULHO DE 2013</u> Promulga o Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá, firmado na Cidade do Panamá, em 10 de agosto de 2007.</p>
11/07/2013	<p><u>LEI Nº 12.842, DE 10 DE JULHO DE 2013</u> Dispõe sobre o exercício da Medicina.</p> <p><u>DECRETO Nº 8.043, DE 10 DE JULHO DE 2013</u> Promulga o Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos entre a República Federativa do Brasil e a República da Guiana, firmado em Bonfim, em 14 de setembro de 2009.</p>
10/07/2013	<p><u>LEI Nº 12.841, DE 9 DE JULHO DE 2013</u> Altera a <u>Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997</u> - Lei Geral de Telecomunicações, para estabelecer a possibilidade de utilização das redes de telefonia móvel para localização de pessoas desaparecidas.</p> <p><u>LEI Nº 12.840, DE 9 DE JULHO DE 2013</u> Dispõe sobre a destinação dos bens de valor cultural, artístico ou histórico aos museus, nas hipóteses que descreve.</p> <p><u>LEI Nº 12.839, DE 9 DE JULHO DE 2013</u> Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a receita decorrente da venda no mercado interno e sobre a importação de produtos que compõem a cesta básica; altera as Leis nºs [...]</p> <p><u>LEI Nº 12.838, DE 9 DE JULHO DE 2013</u> Dispõe sobre crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa nas condições que estabelece e</p>

	<p>dispõe sobre os títulos de crédito e instrumentos emitidos por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, para composição de seu patrimônio de referência, e altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.</p> <p><u>LEI Nº 12.837, DE 9 DE JULHO DE 2013</u> Altera as Leis nºs 6.704, de 26 de outubro de 1979, para dispor sobre o Seguro de Crédito à Exportação nas operações relativas a exportações do setor aeronáutico, 11.494, de 20 de junho de 2007, para dispor sobre o cômputo no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB das matrículas em pré-escolas conveniadas com o poder público, 12.715, de 17 de setembro de 2012, para estender a data-limite para adesão ao Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 12.513, de 26 de outubro de 2011.</p> <p><u>DECRETO Nº 8.041, DE 9 DE JULHO DE 2013</u> Altera o Decreto nº 7.385, de 8 de dezembro de 2010, que institui o Sistema Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde - UNA-SUS.</p>
<p>09/07/2013</p>	<p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº621, DE 8 DE JULHO DE 2013</u> Institui o Programa Mais Médicos e dá outras providências.</p> <p><u>DECRETO Nº 8.040, DE 8 DE JULHO DE 2013</u> Institui o Comitê Gestor e o Grupo Executivo do Programa Mais Médicos e dá outras providências.</p>
<p>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</p>	<p>MARGINÁLIA FEDERAL</p>
<p>Presidência da República (PR)</p>	<p>ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU) <u>PORTARIA Nº 419, DE 10 DE JULHO DE 2013</u> [...] Art. 1º A presente portaria regulamenta o parcelamento extrajudicial de que trata o art. 37-B da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e a possibilidade de realização de acordo, em juízo, para terminar litígios que envolvam o recebimento de créditos das autarquias e fundações públicas federais, nos termos dos artigos 1º e 2º da Lei 9.469, de 10 de julho de 1997. [...]</p> <p>SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL (SAC) <u>PORTARIA Nº 110, DE 8 DE JULHO DE 2013</u> Aprova o Plano Geral de Outorgas para a exploração de aeródromos civis públicos.</p> <p>– Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) <u>RESOLUÇÃO Nº277, DE 8 DE JULHO DE 2013</u> Aprova a Emenda nº 02 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 135.</p> <p><u>DECISÃO Nº 68, DE 10 DE JULHO DE 2013</u> Reajusta as tarifas aeroportuárias aplicáveis ao contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Viracopos, localizado em</p>

	<p>Campinas/SP.</p> <p><u>DECISÃO Nº 67, DE 10 DE JULHO DE 2013</u> Reajusta as tarifas aeroportuárias aplicáveis ao contrato de concessão do Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, localizado em Guarulhos/SP.</p> <p>SECRETARIA-GERAL (SGPR) <u>PORTARIA Nº 35, DE 9 DE JULHO DE 2013</u> [...] Art. 1º Instituir a Comissão Nacional Organizadora, com a finalidade de coordenar a VI Bienal de Jovens Criadores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP. [...]</p>
<p>Atos do Congresso Nacional (CN)</p>	<p><u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2013-CN</u> Altera a redação dos arts. 104 a 106 da Resolução nº 1, de 1970-CN, que dispõe sobre o Regimento Comum do Congresso Nacional. O Congresso Nacional resolve: Art. 1º Os arts. 104 a 106 da Resolução nº 1, de 1970-CN, passam a vigorar com a seguinte redação: "Art. 104. Comunicado o veto ao Presidente do Senado, este designará a Comissão Mista que deverá relatá-lo e estabelecerá o calendário de sua tramitação no prazo de 72 (setenta e duas) horas. [...]"</p>
<p>Atos do Senado Federal (SF)</p>	<p><u>RESOLUÇÃO Nº 29, DE 2013</u> Autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor total de até US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares norte-americanos).</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 26, DE 2013</u> Estabelece mecanismo de participação popular na tramitação das proposições legislativas no Senado Federal.</p>
<p>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 496, DE 5 DE JULHO DE 2013</u> [...] Art. 1º Ficam estabelecidos os parâmetros para a concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, por meio de leilões públicos a serem realizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e por intermédio dos seguintes instrumentos de apoio à comercialização, para o milho em grãos, das safras 2012/13 e 2013: [...]</p> <p>SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA (SDA) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 19, DE 8 DE JULHO DE 2013</u> [...] Art. 1º Estabelecer os procedimentos técnico-administrativos para licenciamento de importação de agrotóxicos, produtos técnicos e afins. [...]</p> <p>SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA (SPA) <u>PORTARIA Nº 112, DE 11 DE JULHO DE 2013</u> [...] Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de girassol no Estado de São Paulo, ano-safra 2013/2014, conforme anexo. [...]</p>

	<p><u>PORTARIA Nº 102, DE 11 DE JULHO DE 2013</u> [...] Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de gergelim no Estado de São Paulo, ano-safra 2013/2014, conforme anexo. [...]</p> <p><u>PORTARIA Nº 89, DE 11 DE JULHO DE 2013</u> [...] Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de amendoim no Estado de São Paulo, ano-safra 2013/2014, conforme anexo. [...]</p> <p><u>PORTARIA Nº 74, DE 8 DE JULHO DE 2013</u> [...] Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de soja no Estado de São Paulo, ano-safra 2013/2014, conforme anexo. [...]</p> <p><u>PORTARIA Nº 58, DE 8 DE JULHO DE 2013</u> [...] Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho no Estado de São Paulo, ano-safra 2013/2014, conforme anexo. [...]</p> <p><u>PORTARIA Nº 38, DE 8 DE JULHO DE 2013</u> [...] Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 1ª safra no Estado de São Paulo, ano-safra 2013/2014, conforme anexo. [...]</p> <p><u>PORTARIA Nº 24, DE 8 DE JULHO DE 2013</u> [...] Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz irrigado no Estado de São Paulo, ano-safra 2013/2014, conforme anexo. [...]</p> <p><u>PORTARIA Nº 20, DE 8 DE JULHO DE 2013</u> [...] Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de arroz de sequeiro no Estado de São Paulo, ano-safra 2013/2014, conforme anexo. [...]</p>
<p>Ministério da Educação (MEC)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 14, DE 9 DE JULHO DE 2013</u> Dispõe sobre os procedimentos de adesão das instituições federais de educação superior ao Projeto Mais Médicos e dá outras providências.</p> <p><u>PORTARIA NORMATIVA Nº 13, DE 9 DE JULHO DE 2013</u> Estabelece os procedimentos para pré-seleção de município para a autorização de funcionamento de curso de medicina por instituição de educação superior privada, precedida de chamamento público, e para a celebração do termo de adesão ao chamamento público pelos gestores locais do SUS, a serem observados pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior-SERES.</p> <p>FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) → Conselho Deliberativo (CD) <u>RESOLUÇÃO Nº 30, DE 5 DE JULHO DE 2013</u> Estabelece procedimentos para o pagamento da Bolsa-Formação Estudante às mantenedoras de instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio,</p>

	<p>ofertada na forma subsequente, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).</p> <p>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (SESU) – Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) <u>RESOLUÇÃO Nº 2, DE 3 DE JULHO DE 2013</u> Dispõe sobre a estrutura, organização e funcionamento das Comissões de Residência Médica das instituições de saúde que oferecem programas de residência médica e dá outras providências.</p> <p>SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SERES) <u>PORTARIA Nº 298, DE 9 DE JULHO DE 2013</u> [...] Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação [...]</p> <p><u>PORTARIA Nº 297, DE 9 DE JULHO DE 2013</u> [...] Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação [...]</p> <p><u>PORTARIA Nº 296, DE 9 DE JULHO DE 2013</u> [...] Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação [...]</p> <p><u>PORTARIA Nº 295, DE 9 DE JULHO DE 2013</u> [...] Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação [...]</p>
<p>Ministério da Fazenda (MF)</p>	<p>BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN) <u>RESOLUÇÃO Nº 4.247, DE 11 DE JULHO DE 2013</u> Altera as disposições do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura familiar (PGPAF).</p> <p>– Diretoria Colegiada (DC) <u>CARTA-CIRCULAR Nº 3.607, DE 7 DE JULHO DE 2013</u> Divulga procedimentos para aferição do cumprimento da exigibilidade de aplicação de depósitos à vista, captados pelas instituições financeiras, em operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, e estabelece procedimentos para a remessa de informações relativas às mencionadas operações.</p> <p>– Diretoria de Política Monetária (DIPOM) <u>COMUNICADO Nº 24.181, DE 10 DE JULHO DE 2013</u> [...] a meta para a Taxa Selic será de 8,50% (oito inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, a partir de 11 de julho de 2013. [...]</p> <p>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF) <u>CIRCULAR Nº 627, DE 9 DE JULHO DE 2013</u> Divulga novas versões de Manuais Operacionais do Agente Operador do FGTS. [...] 2.1 Esses Manuais estão disponíveis a todos os participantes dos Programas de Aplicações do FGTS, por intermédio das Superintendências Regionais e das Gerências de Filial do FGTS da Caixa Econômica Federal, em todo o território nacional e no sítio da CAIXA, na internet no endereço eletrônico:</p>

<http://www.caixa.gov.br>, escolher a opção download, item FGTS e subitem Manuais de Fomento. [...]

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (CONFAZ)

[ATO COTEPE/PMPF Nº 13, DE 8 DE JULHO DE 2013](#)

Preço médio ponderado a consumidor final (PMPF) de combustíveis.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)

[PORTARIA CONJUNTA Nº 5, DE 5 DE JULHO DE 2013\(*\)](#)

Dispõe sobre procedimentos quanto à atuação conjunta da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, com a Secretaria-Geral de Contencioso - SGCT e com a Consultoria-Geral da União - CGU nos processos de natureza fiscal que tramitam junto ao Supremo Tribunal Federal - STF e que sejam de competência originária daquele Tribunal

() Republicada por ter saído, no DOU de 03/07/2013, Seção 1, Página 14, com incorreção no original.*

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB)

[INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.375, DE 11 DE JULHO DE 2013](#)

Dispõe sobre a aplicação do regime aduaneiro especial de admissão temporária com suspensão total do pagamento de tributos para importação de bens destinados ao evento religioso Jornada Mundial da Juventude 2013.

[INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.374, DE 11 DE JULHO DE 2013](#)

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.059, de 2 de agosto de 2010, que dispõe sobre os procedimentos de controle aduaneiro e o tratamento tributário aplicáveis aos bens de viajante.

[INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.373, DE 10 DE JULHO DE 2013](#)

Altera a Instrução Normativa RFB nº 884, de 5 de novembro de 2008, que dispõe sobre a celebração de convênio entre a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), em nome da União, o Distrito Federal e os Municípios para delegação das atribuições de fiscalização, inclusive a de lançamento de créditos tributários, e de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

[INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.372, DE 9 DE JULHO DE 2013](#)

Altera a Instrução Normativa RFB nº 800, de 27 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o controle aduaneiro informatizado da movimentação de embarcações, cargas e unidades de carga nos portos alfandegados.

[PARECER NORMATIVO Nº 2, DE 28 DE MAIO DE 2013](#)

Ementa: As alterações promovidas pelos arts. 53 a 56 da [Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012](#), na legislação do adicional de alíquota da Cofins-Importação de que trata o § 21 do art. 8º da [Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004](#), estão em plena produção de efeitos, tendo o [Decreto nº 7.828, de 16 de outubro de 2012](#), cumprido a exigência de regulamentação estabelecida pelo § 2º

	do art. 78 da citada Lei nº 12.715, de 2012.
<p>Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 11 DE JULHO DE 2013</u> [...] Art. 1º Instituir a Rede de Colaboração em Epidemiologia Veterinária do Ministério da Pesca e Aquicultura - AquaEpi, responsável pelo suporte técnico e científico para definição e execução das políticas públicas do MPA em sanidade aquícola e pesqueira. [...]</p>
<p>Ministério da Previdência Social (MPS)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 325, DE 10 DE JULHO DE 2013</u> [...] Art. 1º Estabelecer que, para o mês de julho de 2013, os fatores de atualização: [...] Art. 4º As respectivas tabelas com os fatores de atualização, mês a mês, encontram-se na rede mundial de computadores, no sítio http://www.previdencia.gov.br, página "Legislação". [...]</p> <p>INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) <u>RESOLUÇÃO Nº 321, DE 11 DE JULHO DE 2013</u> Regulamenta procedimentos relativos aos bloqueios de margem para contratação de empréstimo consignado.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 320, DE 10 DE JULHO DE 2013</u> Regulamenta os procedimentos das instituições financeiras pagadoras de benefícios e dispõe sobre a forma de identificação de beneficiários.</p> <p><u>PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2013</u> Disciplina o fluxo de trabalho relativo ao produto resultante das operações deflagradas pela Força-Tarefa Previdenciária, bem como para os procedimentos internos que devem ser adotados no âmbito da Secretaria-Executiva do Ministério da Previdência Social e do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.</p>
<p>Ministério da Saúde (MS)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.413, DE 10 DE JULHO DE 2013</u> Redefine as regras e critérios para adesão ao Programa Saúde na Escola (PSE) por Estados, Distrito Federal e Municípios e dispõe sobre o respectivo incentivo financeiro para custeio de ações.</p> <p><u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.369, DE 8 DE JULHO DE 2013</u> Dispõe sobre a implementação do Projeto Mais Médicos para o Brasil.</p> <p><u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.367, DE 8 DE JULHO DE 2013</u> Certifica 8 (oito) unidades hospitalares como Hospitais de Ensino. (SP / Sumaré / Hospital Estadual de Sumaré – UNICAMP)</p> <p><u>PORTARIA Nº 1.412, DE 10 DE JULHO DE 2013</u> Institui o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB).</p>

PORTARIA Nº 1.409, DE 10 DE JULHO DE 2013

Define o valor mínimo da parte fixa do Piso de Atenção Básica (PAB) para efeito do cálculo do montante de recursos a ser transferido do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde dos Municípios e do Distrito Federal, e divulga os valores anuais e mensais da parte fixa do PAB.

PORTARIA Nº 1.408, DE 10 DE JULHO DE 2013

Incorpora os recursos financeiros destinados ao financiamento da estratégia Compensação de Especificidades Regionais - CER à parte fixa do Piso de Atenção Básica (PAB Fixo) e revoga dispositivos da Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, e da Portaria nº 399/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2006.

PORTARIA Nº 1.380, DE 9 DE JULHO DE 2013

Divulga a 1ª lista do processo de seleção de propostas apresentadas para o Componente Construção de Unidades Básicas de Saúde da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2 - 2º Ciclo.

PORTARIA Nº 1.378, DE 9 DE JULHO DE 2013

Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

PORTARIA Nº 1.377, DE 9 DE JULHO DE 2013

Aprova os Protocolos de Segurança do Paciente.

[...] **Art. 2º** Os Protocolos básicos de Segurança do Paciente, objeto do anexo desta Portaria, encontram-se disponível no endereço eletrônico www.saude.gov.br/segurancadopaciente [...]

PORTARIA Nº 1.366, DE 8 DE JULHO DE 2013

Estabelece a organização dos Centros de Trauma, estabelecimentos de saúde integrantes da Linha de Cuidado ao Trauma da Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

PORTARIA Nº 1.365, DE 8 DE JULHO DE 2013

Aprova e institui a Linha de Cuidado ao Trauma na Rede de Atenção às Urgências e Emergências.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)

PORTARIA Nº 1.132, DE 10 DE JULHO DE 2013

Altera a Portaria n. 354, de 11 de agosto de 2006, que aprova e promulga o Regimento Interno da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

– Diretoria Colegiada (DC)

RESOLUÇÃO - RDC Nº 34, DE 8 DE JULHO DE 2013

Institui os procedimentos, programas e documentos padronizados, a serem adotados no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), para padronização das atividades de inspeção em empresas de medicamentos, produtos para a saúde e insumos farmacêuticos e envio dos relatórios pelo sistema CANAIS.

	<p>SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS) <u>PORTARIA Nº 761, DE 8 DE JULHO DE 2013</u> Estabelece normas para o cadastramento no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES).</p> <p>SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE (SGTES) <u>EDITAL Nº 38, DE 8 DE JULHO DE 2013</u> ADESÃO DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS NO PROJETO MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL</p> <p>SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (SVS) <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 3, DE 5 DE JULHO DE 2013</u> Institui o Grupo de Trabalho para elaboração de proposta de readequação dos antigos hospitais colônia ao funcionamento e organização do Sistema Único de Saúde (SUS), no que se refere às áreas de vigilância, assistência hospitalar e atenção básica.</p>
<p>Ministério das Cidades (MCid)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14, DE 10 DE JULHO DE 2013</u> Regulamenta o Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades - PMCMV-E.</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN) <u>RESOLUÇÃO Nº 446, DE 25 DE JUNHO DE 2013</u> Aprova o regimento Interno do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 445, DE 25 DE JUNHO DE 2013</u> Estabelece os requisitos de segurança para veículos de transporte público coletivo de passageiros e transporte de passageiros tipos micro-ônibus e ônibus, categoria M3 de fabricação nacional e importado.</p> <p><u>DELIBERAÇÃO Nº 138, DE 10 DE JULHO DE 2013</u> Revoga a Resolução nº 417/2012, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, que altera o artigo 6º da Resolução nº 405, de 12 de junho de 2012, que dispõe sobre a fiscalização do tempo de direção do motorista profissional de que trata o artigo 67-A, incluído no Código de Trânsito Brasileiro- CTB, pela Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, e dá outras providências.</p>
<p>Ministério das Relações Exteriores (MRE)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 377, DE 4 DE JULHO DE 2013</u> [...] Artigo 1º Aprovar o anexo Regimento Interno Provisório do Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior - CRBE. [...]</p> <p><u>PORTARIA Nº 376, DE 4 DE JULHO DE 2013</u> [...] Artigo 1º Aprovar o anexo Estatuto sobre a Estrutura e o Funcionamento do Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior - CRBE. [...]</p>
<p>Ministério de Minas e Energia (MME)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 226, DE 5 DE JULHO DE 2013</u> [...] Art. 1º A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL</p>

	<p>deverá promover, direta ou indiretamente, o seguinte leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão "A-3", de 2013, de acordo com as diretrizes definidas nas Portarias MME nº 29, de 28 de janeiro de 2011, nº 514, de 2 de setembro de 2011, na presente Portaria e outras que vierem a ser estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia.</p> <p>Parágrafo único. O Leilão de que trata o caput deverá ser realizado em 25 de outubro de 2013. [...]</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) <u>RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.569, DE 9 DE JULHO DE 2013</u> Homologa as Tarifas de Energia - TEs e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSDs referentes à Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapeçerica da Serra - Ceris, as tarifas de suprimento da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A - Eletropaulo para a Ceris e dá outras providências.</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP) <u>RESOLUÇÃO Nº 25, DE 8 DE JULHO DE 2013</u> [...] Art. 1º. Esta Resolução tem por objeto regular o Procedimento de Individualização da Produção de Petróleo e Gás Natural, que deve ser adotado quando se identificar que uma Jazida de Petróleo, Gás Natural ou outros hidrocarbonetos fluidos se estende além de um Bloco concedido, cedido onerosamente ou contratado. [...]</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)</p>	<p>CONSELHO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (CONDRAF) <u>RESOLUÇÃO Nº 95, DE 8 DE JULHO DE 2013</u> Aprova, ad referendum do CONDRAF, o Regulamento Operativo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária</p> <p>SECRETARIA DE REORDENAMENTO AGRÁRIO (SRA) <u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 9 DE JULHO DE 2013</u> Aprova, ad referendum do CPFTRA, o Manual de Operação do CPR-SIB, CAF e NPT e o Manual de Operação do CPR-SIC.</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 221, DE 8 DE JULHO DE 2013</u> [...] Art. 1º Compete ao Departamento de Normas e Competitividade no Comércio Exterior (DENOC) da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) deste Ministério administrar o Sistema de Registro de Informações de Promoção - SISPROM de que trata o § 1º do art. 2º do Decreto nº 6.761, de 5 de fevereiro de 2009. [...]</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)</p>	<p>SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SESAN) <u>RESOLUÇÃO Nº 59, DE 10 DE JULHO DE 2013</u> Estabelece as normas que regem a modalidade Compra com Doação Simultânea, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, e dá outras providências.</p>

<p>Ministério do Meio Ambiente (MMA)</p>	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 270, DE 10 DE JULHO DE 2013</u> Dispõe sobre o funcionamento do Comitê Interno de Gênero do Ministério do Meio Ambiente e dá outras providências</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CNRH) <u>RESOLUÇÃO Nº 148, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Aprova o Detalhamento Operativo do Programa IX do Plano Nacional de Recursos Hídricos.</p> <p>INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio) <u>PORTARIA Nº 203, DE 5 DE JULHO DE 2013</u> Aprova o Plano de Ação Nacional para Conservação das Aves Limícolas Migratórias, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, prazo e formas de implementação e supervisão.</p> <p><u>PORTARIA Nº 202, DE 5 DE JULHO DE 2013</u> Aprova o Plano de Ação Nacional para Conservação do Cachorro Vinagre, <i>Speothos venaticus</i> - PAN Cachorro Vinagre, contemplando uma espécie ameaçada de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, ações, prazo de execução, formas de implementação e supervisão.</p>
<p>Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)</p>	<p>SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA (SEGEP) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 4, DE 8 DE JULHO DE 2013</u> Estabelece orientações aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, quando da investidura em cargo público, efetivo ou em comissão, ou em emprego público, quanto à exigência de apresentação de declaração de que não é beneficiário de seguro-desemprego.</p> <p>SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SLTI) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 11 DE JULHO DE 2013</u> Suspende os efeitos da Instrução Normativa nº 7, de 24 de agosto de 2012, que institui o modelo de contratação para prestação de serviços de aquisição de passagens aéreas nacionais e internacionais.</p>
<p>Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)</p>	<p>CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (CCFGTS) <u>RESOLUÇÃO Nº 722, DE 2 DE JULHO DE 2013</u> Altera os subitens 3.1.1 e 3.1.2 do Anexo da Resolução nº 567, de 25 de junho de 2008, que aprova o Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - Pró-Transporte.</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (CNES) <u>RESOLUÇÃO Nº 5, DE 19 DE JUNHO DE 2013</u> Dispõe sobre a convocação da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária e dá outras providências.</p>
<p>Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)</p>	<p>CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP) <u>RESOLUÇÃO Nº 99, DE 20 DE JUNHO DE 2013</u> Incorpora a Comissão Temporária de Acessibilidade à Comissão</p>

	<p>de Acompanhamento da Atuação do Ministério Público na Defesa dos Direitos Fundamentais, dá nova redação aos artigos 20, 21 e 22 da Resolução CNMP nº 81, de 31 de janeiro de 2012 e estabelece como objetivo do Conselho Nacional do Ministério Público a constituição da Estratégia Nacional de Acessibilidade.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 98, DE 20 DE JUNHO DE 2013</u> Altera o artigo 6º da Resolução nº 20/2007. * <i>*Regulamenta o art. 9º da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 e o art. 80 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, o controle externo da atividade policial.</i></p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 97, DE 21 DE MAIO DE 2013</u> Altera a Resolução nº 67, de 16 de março de 2011, que dispõe sobre a uniformização das fiscalizações em unidades para cumprimento de medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade pelos membros do Ministério Público e sobre a situação dos adolescentes que se encontrem privados de liberdade em cadeias públicas.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 96, DE 21 DE MAIO DE 2013</u> Altera a Resolução nº 71, de 15 de junho de 2011, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento e dá outras providências.</p>
<p>Tribunal de Contas da União (TCU)</p>	<p>TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) <u>PORTARIA Nº 175, DE 9 DE JULHO DE 2013</u> Dispõe sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto à elaboração de conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2013.</p>
<p>Publicação DOE-SP</p>	<p>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</p>
<p>PUBLICAÇÃO DOE</p>	<p>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</p>
<p>11/07/2013</p>	<p><u>LEI Nº 15.082, DE 10 DE JULHO DE 2013</u> (Projeto de lei nº 727/11, da Deputada Leci Brandão do PC do B) Altera a Lei nº 10.948, de 5 de novembro de 2001, que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual, e dá outras providências</p> <p><u>DECRETO Nº 59.351, DE 10 DE JULHO DE 2013</u> Acrescenta os incisos XV e XVI ao artigo 5º do Decreto nº 56.562, de 21 de dezembro de 2010, que altera a denominação do Programa Estadual de Proteção a Testemunhas, com a sigla PROVITA/SP, instituído pelo Decreto nº 44.214, de 30 de agosto de 1999, para Programa Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas, com a sigla PROVITA/SP, dispõe sobre sua organização e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 59.350, DE 10 DE JULHO DE 2013</u> Altera o Decreto nº 51.660, de 14 de março de 2007, que institui a Comissão de Política Salarial e dá providências correlatas</p>

DECRETO Nº 59.349, DE 10 DE JULHO DE 2013

Dá nova redação ao artigo 5º do [Decreto nº 51.870, de 5 de junho de 2007](#), que dispõe sobre o Comitê de Qualidade da Gestão Pública, da Casa Civil, e dá providências correlatas

MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 473, DE 2008

São Paulo, 10 de julho de 2013

A-nº 113/2013

[...] De origem parlamentar, a proposição objetiva alterar a [Lei nº 10.765, de 19 de fevereiro de 2001](#), que instituiu o Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, para, ao acrescentar parágrafo único ao artigo 3º, estabelecer que os Municípios que obtiverem as 10 (dez) últimas posições na classificação do IPRS, segundo indicadores adotados, serão priorizados, podendo receber apoio técnico, financeiro e de infraestrutura, nas áreas da saúde, educação, renda, finanças públicas, desenvolvimento urbano, combate à exploração sexual da criança e do adolescente, gravidez precoce das adolescentes e trabalho infantojuvenil [...]

D.O.E., Seção I, 11/07/2013, p. 3

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 21, DE 2013

São Paulo, 10 de julho de 2013

A-nº 112/2013

[...] De iniciativa parlamentar, a proposição dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação da relação de condutores de veículos automotores inabilitados por dirigir sob efeito de álcool ou outras substâncias psicoativas, na forma que especifica. [...]

D.O.E., Seção I, 11/07/2013, p. 1

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 514, DE 2012

São Paulo, 10 de julho de 2013

A-nº 111/2013

[...] De iniciativa parlamentar, a proposição dispõe sobre a exigência de vistoria prévia e anual, para utilização de brinquedos em parques infantis de educação infantil, ensino fundamental público ou privado, bufês, parques públicos, de diversão, condomínios, hotéis, clubes e similares, no âmbito do Estado de São Paulo, na forma que especifica [...]

D.O.E., Seção I, 11/07/2013, p. 1

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 266, DE 2012

São Paulo, 10 de julho de 2013

A-nº 110/2013

[...] De origem parlamentar, a proposição autoriza o Poder Executivo a criar, na esfera da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, a Delegacia Especializada em Acidentes do Trabalho, a qual caberá fiscalizar as condições de segurança do trabalho das empresas instaladas no território paulista, aplicar sanções aos infratores, bem como investigar e apurar as causas e responsabilidades em casos de ocorrência de acidentes de trabalho [...]

D.O.E., Seção I, 11/07/2013, p. 1

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 581, DE 2011

São Paulo, 10 de julho de 2013

	<p>A-nº 109/2013 [...] De iniciativa parlamentar, a proposição institui o Selo de Segurança para a comercialização de gás liquefeito de petróleo (GLP) [...] D.O.E., Seção I, 11/07/2013, p. 1</p>
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Administração Penitenciária (SAP)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAP - 118, DE 10-7-2013</u> Dispõe sobre inserção de informação no Boletim Informativo [...] Artigo 1º - Todos os expedientes que versam sobre progressão aos regimes semiaberto e aberto, livramento condicional, indulto, comutação de penas e saída temporária, em que são interessados presos do sistema penitenciário do Estado de São Paulo, além das informações que já são consignadas nos Boletins Informativos, a Direção da Unidade Penal que custodiá-lo deverá, também, mencionar se o requerente registra envolvimento com facções criminosas.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SAP - 117, DE 10-7-2013</u> Altera a Resolução SAP 163 de 9-8-2012 que dispõe sobre a identificação das unidades de saúde da Secretaria da Administração Penitenciária, e fixa limites para realização de Plantões e Plantões em Estado de Disponibilidade pelas classes de Médico e Cirurgião Dentista e dá providências correlatas</p> <p><u>RESOLUÇÃO SAP - 116, DE 10-7-2013</u> Altera a Resolução SAP 205 de 28-9-2012, que dispõe sobre os limites de plantões a serem distribuídos nas unidades da Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário da Secretaria da Administração Penitenciária para as classes de Enfermeiro; Técnico de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem e dá providências correlatas</p>
Educação (SE)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE 45, DE 10-7-2013</u> Dispõe sobre a realização das provas de avaliação relativas ao Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP/2013</p> <p>COORDENADORIA DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (CGEB) <u>INSTRUÇÃO CGEB S/Nº, DE 12-7-2013</u> Dispõe sobre a avaliação do desempenho escolar dos alunos em componentes da Parte Diversificada da Matriz Curricular do Ensino Fundamental das Escolas de Tempo Integral/2013, de que trata a Res. SE nº 2/2013</p>
Fazenda (SF)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF-46, DE 10-07-2013</u> Altera o Programa de Capacitação para o exercício de 2013, instituído pela Resolução SF 09 de 22-01-2013</p> <p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT)</p>

	<p><u>PORTARIA CAT 70, DE 12-07-2013</u> Altera a Portaria CAT-96/10, de 23-6-2010, que disciplina a concessão de crédito de ICMS decorrente de apoio financeiro a projetos desportivos integrantes do Programa de Incentivo ao Esporte.</p> <p><u>PORTARIA CAT 69, DE 12-07-2013</u> Altera a Portaria CAT-59/06, de 24-8-2006, que disciplina a concessão de crédito de ICMS decorrente de apoio financeiro a projetos culturais integrantes do Programa de Ação Cultural - PAC.</p> <p>SÃO PAULO PREVIDÊNCIA (SPPREV) <u>PORTARIA SPPREV-223, DE 11-07-2013</u> Altera dispositivos da Portaria SPPREV 129, de 5/4/2013, que estabelece procedimentos e critérios relativos à mobilidade funcional, mediante Progressão</p>
<p>Habitação (SH)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SH 027, DE 03-07-2013</u> Designação de funcionários para comporem a equipe de gestão e execução dos seguintes Programas: Programa de Aceleração do Crescimento – PAC; Fundo Nacional de Habitação de Interessado Social – FNHIS (Decreto 52.505 de 19-12-2007); Programa Crédito Solidário (Decretos 53.211 de 04-07-2008 e 53.448 de 18-09-2008); Programa Carta de Crédito – FGTS – Operações Coletivas e outras atribuições (Decreto 53.846 de 19-12-2008); Programa São Paulo de Cara Nova (Decreto 53.846 de 19-12-2008); Programa Vila Dignidade (Decretos 54.285 de 29-04-2009 e 56.448 de 29-11-2010); Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR (Decreto 55.079 de 25-11-2009); Programa Auxílio Moradia Emergencial – AME (Decretos 55.334 de 11-01-2010, 55.432 de 12-02-2010, 55.370 de 27-01-2010, 56.664 de 11-01-2011; 56.665 de 11-01-2011); Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades (Decreto 53.963 de 29-06-2010); Programa Minha Casa Minha Vida – 0 a 3 salários mínimos (Decreto 56.423 de 22-11-2010), Programa Convênio SH/CDHU – Subsídios e outras ações.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SH 026, DE 03-07-2013</u> Designação de funcionários para comporem a equipe de gestão e execução dos Programas: Fundo Estadual da Habitação – FEH (Decreto 46.549 de 18-02-2002); Fundo Rotativo Especial da Loteria da Habitação – FRELH (Lei Estadual 8057 de 08-10-1992); Programa Especial de Melhorias Habitacionais e Urbanas – PROLAR (Decreto 47.924 de 04-07-2003); Programa Especial de Melhorias – PEM (Decretos 54.199 de 02-04-2009 e 58.145 de 20-06-2012) e Convênio entre a SH e a CDHU – Supervisão de obras com Prefeituras – Programa de Melhorias Habitacionais e Urbanas.</p>
<p>Meio Ambiente (SMA)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SMA-57, DE 12-07-2013</u> Dispõe sobre a aplicação das sanções de advertência e multas relativas aos procedimentos de contratação, no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.</p>

	<p><u>RESOLUÇÃO SMA-54, DE 04-07-2013</u> Revoga as Resoluções que especifica.</p> <p>COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (CETESB) <u>DECISÃO DE DIRETORIA 221/2013/A, DE 24-6-2013</u> Dispõe sobre a alteração da Norma Administrativa – NA-007 – Parcelamento de Multas, Ressarcimento e outros valores e dá outras providências</p>
Planejamento e Desenvolvimento Regional (SPDR)	<p>DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN) <u>PORTARIA DETRAN Nº 1086, DE 10-7-2013</u> Relaciona e indica condutores notificados no mês de junho de 2013, consoante exigência prevista na Portaria DETRAN n. 767, de 2006</p>
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	<p>GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO (GPG) <u>RESOLUÇÃO PGE-22, DE 11-07-2013</u> Altera dispositivos da Resolução PGE 15, de 16-05-2013, que estabelece normas complementares para as consignações na folha de pagamento dos honorários advocatícios a que se refere o art. 55 da Lei Complementar 93, de 28-05-1974</p>
Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SRH-10, DE 11-07-2013</u> Dispõe sobre a constituição da Comissão de Gestão para Melhoria do Gasto Público na Administração Pública do Estado de São Paulo, no âmbito da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos de que tratam as Resoluções SSRH 30, de 15-12-2011 e 02, de 31-01-2013</p>
Segurança Pública (SSP)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SSP-104, DE 12-07-2013</u> Processo Prot.GS-8080/13. Altera os artigos 14, 19, 27, 28, 29, 34 e 40 da Resolução 154, de 19-09-2011, e as denominações do Departamento de Identificação e Registros Diversos - Dird, para Departamento de Capturas e Delegacias Especializadas - Decade, e Divisão de Produtos Controlados para Divisão de Produtos Controlados e Registros Diversos</p>
Universidade de São Paulo (USP)	<p>REITORIA – Gabinete do Reitor (GR) <u>RESOLUÇÃO 6587, DE 5-7-2013</u> Dispõe sobre o pagamento de bolsa para estudantes do ensino médio da rede pública matriculados no Programa Preparatório para o Vestibular da Universidade de São Paulo (PPVUSP)</p> <p><u>RESOLUÇÃO 6586, DE 5-7-2013</u> Dispõe sobre o pagamento de gratificação aos docentes da USP, pela orientação e supervisão de alunos dos cursos de Licenciatura, que desempenham a função de monitores pelo desenvolvimento de atividades de reforço aos alunos da rede pública de ensino, matriculados no Programa Preparatório para o Vestibular da Universidade de São Paulo (PPVUSP)</p>

	<p><u>RESOLUÇÃO 6585, DE 5-7-2013</u> Institui o Programa Preparatório para o Vestibular da Universidade de São Paulo (PPVUSP)</p> <p>→ Pró-Reitorias → → Pró-Reitoria de Graduação (PRG)</p> <p><u>RESOLUÇÃO COG-6582, DE 4-7-2013</u> Estabelece normas, dispõe sobre as disciplinas e respectivos programas para o Concurso Vestibular de 2014 da Universidade de São Paulo e dá outras providências</p>
<p>Universidade Estadual Paulista (UNESP)</p>	<p>REITORIA <u>RESOLUÇÃO UNESP-40, DE 12-7-2013</u> Dispõe sobre autorização para a criação do Programa de Pós-graduação em Bioenergia, Curso de Doutorado, a ser oferecido pela UNESP em associação com a USP e UNICAMP</p>
<p>Publicação DO - Cidade</p>	<p>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</p>
<p>12/07/2013</p>	<p><u>DECRETO Nº 54.087, DE 12 DE JULHO DE 2013</u> Convoca a III Conferência Municipal de Cultura de São Paulo.</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa

mariaisa@sp.gov.br

Casa Civil do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

ccivil@sp.gov.br

Izabel C. Filgueiras de Almeida - icalmeida@sp.gov.br

Júlio César de Paula - jcdepaula@sp.gov.br

Marcelo Conti - mconti@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107